

# RUBEM AZEVEDO LIMA

## → Economia e revolta

Brasil

Sopra um vento de revolta na América do Sul. Entre o extremo da guerrilha na Colômbia — que existe há quarenta anos — e a novíssima aventura visionária de Hugo Chavez, na Venezuela, cresce, com impeto cada vez maior, a luta dos sem-terra, no Brasil.

Há, claro, outras formas de protestos, nesses e noutros países sul-americanos, como, no Brasil, o movimento dos caminhoneiros contra aumentos de combustível e de pedágios e os salários cada vez mais baixos, numa economia que se diz estável. Mas os protestos citados no início constituem padrões exemplares de combate à miséria dominante no subcontinente — além de revelarem a indiferença das respectivas elites políticas, face à exclusão econômica e social da maioria do povo, na América do Sul.

Nas favelas, que cercam quase todas as capitais e megalópoles latino-americanas, há um clima de guerra civil latente, das legiões de miseráveis e dos que sobrevivem principalmente da criminalidade.

Muita dessa miséria é produzida — segundo Mark Weisbrot, diretor de pesquisa do Preamble Center — pela globalização econômica e por ação do FMI, que, nos últimos

anos, jogaram dezenas de milhões de pessoas, em todo o mundo, particularmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, abaixo da linha de pobreza absoluta. Mesmo nos EUA — revela Thomas Palley, diretor-assistente de políticas públicas da AFL-CIO — de março de 1998 até hoje, eliminaram-se 400 mil empregos de mão-de-obra manufatureira e os salários dos trabalhadores do setor caíram 50%, entre 1993 e 1998.

Há quarenta anos, os economistas sabiam da importância reguladora do estado — para promover o desenvolvimento econômico — e de algum tipo de controle dos mercados, a fim de evitar crises e depressões. Mas esses valores foram desprezados pelo neoliberalismo, como o conhecimento das ciências físicas — diz Weisbrot — foi abandonado na Idade Média. Os resultados desse fenômeno estão aí: miséria crescente no mundo, sobretudo nos 74 países cujo controle econômico (caso do Brasil) é feito pelo FMI. O mesmo economista cita como exemplo, para os demais países, a China, que repele a receita do FMI e aplica US\$ 200 bilhões em obras públicas e programas sociais. Por isso, em 1998, o crescimento eco-

nômico chinês foi de 7,6%, com a incorporação significativa de milhões de consumidores ao seu mercado interno.

A solução do problema da pobreza e do desenvolvimento, sem diferenças sociais e regionais chocantes, pode estar, pois, na prática desse modelo econômico, independentemente de considerações ideológicas.

No Brasil — que expulsa os sem-terra das invasões de propriedades rurais, mas não faz o mesmo com os invasores de terras indígenas — fala-se, apenas, em criar impostos contra a miséria, a ser pago até por assalariados, para minorar as agruras dos pobres, sem tirar, porém, o país das garras do FMI e das forças mundiais do mercado. Esse imposto renderia, em dez anos, entre US\$ 60 e 80 bilhões. A idéia tem uma falha: esquece os US\$ 800 bilhões que os ricos, segundo Everardo Maciel, diretor da Receita, devem hoje, ao Tesouro, por sonegação, elisão e renúncia fiscal. Favores que o neoliberalismo fez à riqueza e aumentaram a pobreza nacional. Cobrados tais débitos, haveria menos brasileiros pobres e os ventos da revolta não soprariam tão fortes no país.

30 JUL 1999

**CORREIO BRAZILIENSE**